

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

TIAGO TESTA BELEGANTE

NARRATIVA E EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

Porto Alegre
2020

TIAGO TESTA BELEGANTE

NARRATIVA E EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

Trabalho apresentado como requisito
parcial para a conclusão do curso de
Graduação de Psicologia pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciane de Conti

Porto Alegre

2020

TIAGO TESTA BELEGANTE

NARRATIVA E EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

Trabalho final apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Porto Alegre, 16 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Luciane de Conti (UFRGS) – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Marta Leão D’Agord (UFRGS) – Debatedora

AGRADECIMENTOS:

Aos meus pais, Marcia Testa da Rosa e Paulo Afonso Belegante, pelo carinho e dedicação.

Agradeço à professora Luciane de Conti por aceitar orientar esse escrito e pelo companheirismo de trabalho durante a graduação.

Agradeço à professora Marta D'Agord por aceitar lê-lo, comentar sua apresentação, e pelas contribuições para além da escrita.

Agradeço aos camaradas Rafael, Jesse, Vanessa e Fernando, sem os quais a caminhada seria bem mais sofrida.

Agradeço aos meus locais de estágio, Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS e CAPS AD GCC, por confiarem em meu trabalho.

Agradeço aos professores, bolsistas, servidores e terceirizados. Grato à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por me oportunizar mover o Aqueronte.

“A janela se fechou. Eles esperaram. De repente, uma outra voz falou, suave e melodiosa, seu próprio som um encantamento. As pessoas que escutavam aquela voz desavisadamente mal conseguiam depois reportar as palavras que tinham ouvido; e quando conseguiam titubeavam, pois pouca força restava nelas. A maior parte do que conseguiam lembrar era o prazer que sentiam ao ouvir a voz falando, e que tudo o que ela dissera parecera sábio e razoável, despertando neles um desejo de, mediante um acordo rápido, parecerem sábios também. Quando outras vozes falavam, pareciam por contraste rudes e grosseiras; e se se opusessem à voz o ódio se acendia no coração dos que estavam sob o efeito do encanto. Para alguns o encanto durava apenas enquanto a voz lhes falava, e quando ela se dirigia aos outros eles sorriam, como os homens fazem quando percebem o truque de um ilusionista diante do qual os outros ficam pasmos. Para muitos, apenas a voz era o suficiente para mantê-los cativos; mas para aqueles que eram seduzidos por ela o encantamento perdurava mesmo quando estava longe, e eles continuavam escutando a voz suave sussurrando e incitando-os. Mas ninguém ficava impassível; ninguém conseguia recusar seus pedidos e seus comandos sem um esforço de mente e de vontade, enquanto seu mestre tivesse controle dela.”

J.R.R. TOLKIEN – *A voz de Saruman*, As Duas Torres – O Senhor dos Anéis

“Oxalá os escritos ficassem, como é, antes, o caso das falas: porque, destas, ao menos a dívida indelével fecunda nossos atos com suas transferências.”

JACQUES LACAN, *O seminário sobre “A carta roubada”* – Escritos

Resumo: A narrativa é uma das formas privilegiadas dos sujeitos darem sentido a experiência. Configura-se, portanto, como uma atividade própria das questões humanas. A partir de um movimento sobre a conceitualização da narrativa, o artigo propõe-se a discutir o papel da narrativa na experiência analítica e a diferença entre narrar para um analista e outra pessoa qualquer, tendo-se como expoentes psicanalíticos Freud e Lacan. Assim, em um primeiro momento, discute-se o que se entende por narrativa, para, somente depois, indagar-se sobre as duas questões que orientam essa escrita. Considera-se a narrativa como parte da experiência analítica, mas não como seu objetivo, visto que entendemos o processo de análise dispare da produção de significado. No que tange as diferenças de a quem narrar, concebe-se a mesma a partir da posição adotada pelo analista, ilustrada pelo conceito de desejo do analista. Infere-se, por fim, uma íntima relação entre composição narrativa e psicanálise, com o discernimento de pelo menos dois tipos de narrativas na experiência analítica.

Palavras-chave: narrativa; psicanálise; experiência analítica.

Abstract: One of the privileged forms in which subjects give meaning to the experience is through narration. Therefore, narrative configures itself as an inherent activity of human affairs. Through the exercise of narrative conceptualization, the article intends to discuss the function of narrative in the analytical experience and the difference between narrating to an analyst and anyone else, having as psychoanalysis references Freud and Lacan. Hence, in the first moment, it discusses what we understand narrative to be, for, only after, to question itself about the two questions that guide this writing. It ponders that narrative is as part of the analytical experience, but not its purpose, since we consider the analytical process to be different from the production of meaning. In what concerns the difference in who to narrate, it realizes the difference in the posture adopted by the analyst, exemplified by the concept of the desire of the analyst. Infer, finally, an intimate relation between psychoanalysis and narrative composition, with the distinction of at least two types of narratives in the analytic experience.

Keywords: narrative; psychoanalysis; analytical experience.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. NARRATIVA: UMA DELIMITAÇÃO	10
3. UMA ESCRITA A SER LIDA	15
4. NARRATIVA EM SESSÃO	19
5. CONTAR A QUEM?	22
6. NARRAR AO OUTRO PELO OUTRO	25
7. REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

As conexões entre narrativa e psicanálise podem surgir de diferentes lugares e servirem a diferentes propósitos. A narrativa, como conceito, pode ser tomada de forma ampla, de maneira genérica ou banal. Diferentemente é quando adotada como matriz específica, balizadora ou não, referência de uma forma de discurso (Dunker, 2005). De forma semelhante, não há uma psicanálise, mas diferentes concepções teóricas implicadas em diferentes práticas clínicas, movimento de cismas característico das instituições psicanalíticas (Zizek, 2011).

Uma das formas de estabelecer essa relação, é tomar aspectos teóricos da psicanálise e utilizá-los como uma *análise da narrativa* sobre determinada obra, intuindo estabelecer o perfil psicológico do autor, ou justificar escolhas de estilo como consequências das vivências do mesmo. Jorge (2010) retoma os comentários de Lacan sobre a *Gradiva* para ilustrar a impossibilidade de valer-se da arte para analisar o autor: “a arte pode servir para o psicanalista colher um testemunho do inconsciente, mas jamais para que analise seu autor” (p.38). Dessa forma, são os artistas, como conhecedores do sofrimento humano, que ensinam sobre o “saber inconsciente” e não o contrário, dado que “a análise de um sujeito não pode prescindir de sua palavra falada” (id.). Das considerações de Freud sobre psicanálise e arte, as mais valiosas, que perduram, geralmente seguem essa orientação, ao contrário das especulativas e preditivas.

Tal tentativa de análise não se justifica somente por pretensão de legitimidade, mas também por deslumbramento e entusiasmo. Querendo ou não, a psicanálise, como escola teórica de pensamento, está inserida em certa concepção crítica, que remonta a precursores como a hermenêutica, e a colocou em (des)encontro com expoentes culturais como o surrealismo, por exemplo.

Portanto, a discussão entre narrativa e psicanálise não é inédita, nem peculiar. Pelo contrário, é evidente, pois os relatos clínicos também podem ser assim considerados (e suas complexas repercussões são motivos de estudo)¹. Do mesmo modo, uma análise, considerando-se um percurso, pode ser pensada como uma narrativa em termos gerais (Dunker, 2005), e, de modo semelhante, os relatos cotidianos do analisando podem ser considerados narrativas corriqueiras (id.). Tomando seu aspecto criativo, também as próprias teorias sexuais infantis são narrativas em forma de conto procurando dar forma ao que lhe é escondido, o saber sexual (Garcia-Roza, 2012; Dunker, 2005).

¹ Por exemplo: TANIS, B. (2014) *A escrita, o Relato Clínico e suas implicações Éticas na Cultura Informatizada*.

Contudo, por mais que essas discussões repercutam e façam parte do trabalho, o objetivo dessa escrita é de outra temática. Pretende-se procurar aproximações e diferenças entre estudos sobre a narrativa e aspectos teóricos-clínicos da psicanálise. Mais especificamente, pretende indagar-se sobre o papel das narrativas na experiência analítica e diferenciar o ato de narrar a um analista ao de qualquer outra pessoa.

Dessa forma, trata-se inicialmente de alguns teóricos da narrativa e estudos que trabalham com tal perspectiva, para somente depois considerarmos implicações técnicas e conceituais psicanalíticas a partir das referências de Freud e Lacan.

2. NARRATIVA: UMA DELIMITAÇÃO

Freud privilegia a literatura como campo de articulação com a psicanálise (Villari, 2000; Mandil, 2003). Também as artes visuais são trazidas em seus escritos. A música, em comparação, figura em segundo plano, de tal forma que chega a ser folclórico o suposto desinteresse de Freud por música.

De antemão devo dizer que não sou conhecedor de arte, mas apenas um leigo [...], mas as obras de arte produzem um grande efeito sobre mim, em especial obras literárias e as esculturas, mais raramente as pinturas. Isso fez com que eu me detivesse longamente diante delas em determinadas ocasiões, *a fim de compreendê-las a meu modo, isto é, de explicar para mim mesmo como obtêm seu efeito*. Quando não sou capaz de fazer isso – na música, por exemplo – quase não consigo ter prazer. (Freud, 1914/2012, p. 273 grifos meus)

Enveredemos pela perspectiva literária, na qual Todorov, herdeiro do formalismo russo, pode contribuir com uma delimitação do conceito de narrativa. Em sua análise literária sobre o romance policial (ou romance de enigma), o autor distingue duas forças que compõem a narrativa: a fábula e a trama. Segundo Todorov, é característico desse gênero possuir duas histórias que correm em paralelo, a do crime e a do inquérito. Para o autor, a fábula seria o acontecimento em si; já a trama diria respeito a apresentação, a seleção da maneira que o autor nos conta. A primeira, portanto, condiz com “à realidade evocada, a acontecimentos semelhantes àqueles que se desenrolam em nossas vidas” (Todorov, 2006a, p.96), já a segunda corresponde “ao próprio livro, à narrativa, aos processos literários de que se serve o autor” (id.).

Na fábula não há distorções temporais: “as ações seguem a sua ordem natural” (id.), já na trama o autor pode nos apresentar o final no início, as conclusões antes das ponderações. Ainda que sejam duas histórias opostas, em forma e objetivo, o autor argumenta que são como dois pontos de vista sobre a mesma coisa (id.).

Essas características, de modo geral, estão presentes nas narrativas em todas as obras literárias, de menor ou maior forma. De tal sorte, temos que a narrativa é gerada entre uma tensão de duas forças (Todorov, 2006b, p.20), entre o inevitável desenrolar dos acontecimentos e a força de organizá-lo, de compor uma ordem, ou sentido; entre o que surge e como se apresenta.

Ainda que a primeira também seja um modo de organização – pois é um desenrolar contínuo que segue uma causalidade e/ou uma sucessão, logo possui organizações lógicas e temporais respectivamente – é a segunda que potencializa sentidos. Dessa forma transcorre,

visto que a trama advém da “repetição (ou pela semelhança) dos acontecimentos: o momento presente não é original, mas repete ou anuncia instantes passados e futuros” (Todorov, 2006b, pp.20-21) proporcionando, destarte, uma organização espacial, abrindo inúmeras possibilidades de sentido (Todorov, 2006c, p.183). Por essa razão, o autor atribuí mais afinidade entre a fábula e a ficção, e associa a trama à poesia, com ressalvas, novamente, de que ambas estão presentes em todas as obras, seja qual for seu gênero.

Assim, De Conti (2004) assinala, por meio de Todorov, fundamentos de sucessão e transformação na narrativa, uma tensão entre um *continuum* e os seus desdobramentos. Desse modo, é possível concebermos que há uma inevitável linearidade pela característica sintagmática da narrativa em Todorov.

Paul Ricoeur assinala a narrativa como condição humana, estabelecendo uma relação entre a marca temporal da experiência e o ato de narrar uma história (De Conti, 2004; Lima, 2013). O autor, entretanto, é um crítico da concepção de que a narrativa, supostamente, seguiria uma linearidade temporal, o que não significa que abdique de um determinado arranjo. Em outras palavras, para Ricoeur, a sucessão narrativa não advém de uma condição exterior do texto em si, da experiência, mas como efeitos da ordenação do texto em si. Dessa forma, temos que, para o autor, a narrativa não é um relato rígido, fidedigno ao que ocorreu, e sim um exercício de elaboração na medida em que é um arranjo temporal da experiência enlaçado por um encadeamento semântico determinado no próprio ato de narrar.

[...] a narrativa não é uma descrição da veracidade dos fatos tais como eles aconteceram, pois não existe realidade humana fora da narração. Mas, a sucessão dos fatos elaborados em uma narrativa é "imposta" pela própria tessitura da intriga, ou seja, por uma necessidade lógica que vai se constituindo no próprio ato de narrar, e não uma exigência externa, cronológica, linear. (De Conti, 2004, pp.38-39)

Ressaltemos, então, questões chaves para o pensamento de ambos autores (ainda que com divergências basilares) no que concerne à concepção de narrativa: tempo, conflito, experiência e enunciação. Sobretudo, a narrativa como um embate de forças em Todorov, e a questão de composição da narrativa como desdobramento da intriga para Ricoeur.

No que tange ao interesse das ciências humanas, Brockmeier e Harré (2003) situam o início do interesse pela narrativa com “a descoberta [...] de que a forma de estória, tanto oral quanto escrita, constitui um parâmetro linguístico, psicológico, cultural e filosófico fundamental para nossa tentativa de explicar a natureza e as condições de nossa existência.” (p.526). Os autores ressaltam o uso exacerbado do termo *narrativa*, ainda que seu estudo tenha começado relativamente há pouco tempo (por volta de 1980) quando comparado ao de

áreas como a literatura e linguística (id.). Logo, propõem uma conceitualização mínima que diferencie a narrativa de outras formas de discurso: “deve haver personagens e um enredo que evolua ao longo do tempo [...] uma estória contada de acordo com certas convenções” (p.526). Segundo os autores, isso possibilita incontáveis possibilidades de gêneros, todavia é uma diferença basilar para diferenciar a narrativa de outros modos de discurso.

Fonte (2006) aponta a multiplicidade de referências teóricas no estudo das narrativas. Refere também, com o advento do que a autora nomeia como ciência pós-moderna, o papel ativo do indivíduo na construção de significados. Diferentes linhas da psicologia, como o construcionismo social, construtivismo desenvolvimental, dentre outras, compartilham a perspectiva de os seres humanos serem compositores e enunciadore de estórias.

O facto de os seres humanos serem vistos como contadores de histórias; a defesa de que o pensamento é essencialmente metafórico e imaginativo e ainda que a manipulação do pensamento é caracterizada por uma procura intencional de significação” (Gonçalves apud Fonte, 1998, p.257).

Como contadores de histórias, organizam a sua experiência, no sentido de que a realidade se configura após um exercício hermenêutico e narrativo (Fonte, 2006). Este preceito da narrativa como formadora da experiência se apresenta em diferentes autores (Fonte, 2006) e, ainda que escolas de pensamento diversas apresentem algumas diferenças sobre o conceito da narrativa, “todas elas acabam por salientar a importância de alguns aspectos, como a temporalidade, associada à própria estruturação narrativa, a relação da narrativa com os contextos e, por fim, a produção de significações e sentidos” (Fonte, 2006).

A produção de sentido, como resultado, seria inerente ao exercício narrativo: “Defendemos então [...] que a narrativa tem uma natureza inerentemente significadora, permitindo a organização da diversidade da experiência num mundo de sentidos” (Fonte, 2006). Seria também, restringida e, ao mesmo tempo, possibilitada pelas contingências histórico-culturais, correlacionada a esses valores e costumes; surgiria dessa eterna negociação entre sujeito e cultura.

Também para Benjamin (1987), a narrativa possui uma íntima relação com a dimensão da experiência. Para o autor, a experiência se compõe a partir de impressões inconscientes, oriundas da memória e da tradição (1975, p.34). A narrativa seria um meio para os sujeitos trocarem suas experiências entre si, de tal forma que podemos considerá-la uma emissão (Benjamin, 1987). À vista disso, narrar seria, em primeiro lugar, comunicar uma experiência, repassar um dito dotado de história. O autor atribui também um propósito

a essa fala, um intento de transmitir, tal qual um conselho. Em suma, para Benjamin, narrar é continuar uma história iniciada há um tempo longínquo formada pela existência dos que nos precederam, ou o seguimento de uma história de um lugar distante. Percebe-se, em vista disso, que uma condição necessária para a composição de uma narrativa é a distância, seja ela temporal, territorial ou ambas e que, principalmente, há uma correlação entre narrativa, sentido e experiência.

Logo, infere-se que os estudos das narrativas estão de alguma forma relacionados com a construção de significado, o que os coloca em íntima relação com as disciplinas que estudam a experiência humana (Fonte, 2006).

Lima (2013) ressalta que apesar de diferentes perspectivas assinalarem o caráter de enlace fundamental da narrativa para a experiência, podemos separar as concepções sobre narrativa, e a sua relação com a psicologia, em duas vertentes (Lima, 2013, p.44). É possível pensar a narrativa como uma maneira de representar a realidade, de dar forma a uma suposta exterioridade, tendo um intento, praticamente, exclusivo de comunicabilidade (id.). Tal concepção, fundamenta-se na noção de um sujeito individual, soberano em relação à Linguagem, valendo-se desta como um meio para relacionar-se com os outros e o mundo. Ou seja, para tal perspectiva a linguagem possui um caráter utilitário, representa a realidade, e serve exclusivamente como uma forma de comunicação. Soa como a doutrina do conceitualismo, onde os universais seriam representações intelectuais da realidade (coisa, concebendo-se a psicanálise). Como aponta Lima (2013), por meio de Brockmeier e Harré (2003), pode-se conceber tal entendimento como “uma falácia representacional”, que implicaria tomar as narrativas como um “acesso” ao objeto de interesse, a mente em sua completude.

A outra perspectiva, no sentido contrário, realça o caráter constitutivo psíquico e essencial da narrativa para a subjetividade. Em outras palavras, a Linguagem não é concebida como algo em si, simplesmente como um código² a ser decifrado, concentrando-se em noções de armazenamento e processamento. Pelo contrário, a Linguagem é multiforme e heteróclita³, destacada como formadora das relações, tanto intersubjetivas, como do próprio sujeito. Igualmente, é inapreensível, pois é formada por uma complexidade de

² O fundamental no código é o sentido de *compartilhado* (um sistema linguístico, conjunto de signos e regras linguísticas etc.) tal qual Barthes (2017, p.29) assinala citando Jakobson: “a propriedade privada, no domínio da linguagem, não existe”.

³ “Saussure partiu da natureza ‘multiforme e heteróclita’ da Linguagem, que se revela à primeira vista como uma realidade inclassificável, cuja unidade não se pode isolar, já que participa, ao mesmo tempo, do físico, do fisiológico e do psíquico, do individual e do social [...] se abstrai um puro objeto social, conjunto sistemático das convenções necessárias à comunicação, indiferente à *matéria* dos sinais que o compõem, e que é a *língua*, diante de que a *fala* recobre a parte puramente individual da linguagem (fonação, realização das regras e combinações contingentes dos signos)”. Barthes, 2017, p.21 – grifos do autor

fatores, estudando-se por meio da língua, ou da fala. Logo, é pilar edificadora das relações humanas sendo impossível concebê-la como mera representação da realidade.

De modo mais específico, nessa segunda perspectiva, podemos conceber mais outras diferentes linhas de pensamento que tomam essa posição em relação à linguagem. Por exemplo, a perspectiva autobiográfica e seu estudo nas Ciências Sociais. Tal perspectiva considera “configurar narrativamente a sucessão temporal de sua existência” (Delory–Mombberger apud Passegi, 2017, p.8). Desse modo, o ato de biografização possibilita, por parte do narrador, uma organização da experiência em torno de uma razão narrativa: “a biografização é, portanto, esse processo permanente de aprendizagem e de constituição sociohistórica da pessoa que narra” (Passegi, 2017, p.9). Dessa forma, temos que a narrativa biográfica remete a reestruturação da história individual vinculada a sistemas sociais. Segundo Ferraroti: “Toda narrativa biográfica remete à desestruturação-reestruturação sintética de um ato ou de uma história individual considerados como a seção horizontal ou vertical de um sistema social” (2014, pp.74-75).

Concebemos, então, por esses fatores comuns a diferentes perspectivas, a narrativa como atividade essencialmente humana, estreitamente relacionada à experiência e ao sentido. Alicerce, por isto, da subjetividade e das relações, a narrativa destaca-se como exercício *sui generis* da espécie. Contudo, como essas considerações (humanos como contadores de histórias) se relacionam à constituição do sujeito do inconsciente, com o referencial da Psicanálise? É o que abordaremos na seção seguinte.

3. UMA ESCRITA A SER LIDA

Freud (1900/1996) divide em duas grandes categorias a interpretação dos sonhos na cultura popular. Por um lado, uma interpretação de cunho simbolista, e, por outro, a de decifração. Em seguida, localiza sua prática mais próxima à segunda, a interpretação “em *détail* e não em *masse*; como este, considera os sonhos, desde o início, como tendo um caráter múltiplo, como sendo conglomerados de formações psíquicas” (p.80). Todavia, sinaliza a ressalva de que não há um manual de códigos aplicáveis a todas cifras oníricas; pelo contrário, a singularidade de cada “fragmento de conteúdo” para cada sujeito, para cada circunstância, constitui sua importância. Ademais, também acrescenta que seu processo interpretativo, de certa forma, é uma combinação de ambos, especialmente para os “sonhos típicos” (Freud, 1900-1901/1996).

Garcia-Roza (2012), ao expor as considerações de Freud sobre memória e formação do aparelho psíquico, aponta o caráter essencial de texto psíquico como condição para o seu surgimento (p.52). Assim como a memória, não é a existência de um aparelho psíquico que possibilita a formação de um texto. Contrariamente, é a formação de algum texto que possibilita a constituição do aparelho. Segundo Garcia-Roza (2012), Freud, já no *Projeto para uma psicologia científica*, assinalou que signos aludiam a outros signos, “[...] séries de signos, que, de maneira nenhuma, poderiam ser entendidos como signos de coisas. Na verdade ele já estava introduzindo a cadeia de signos, portanto, algo muito próximo da escritura” (p.51).

No entanto, segundo o autor, é somente a partir da *Interpretação dos Sonhos* que Freud vai enfatizar a ocorrência de um texto psíquico, sobretudo a respeito dos sonhos. Essa escritura não seria feita com palavras, e sim com imagens, “mas, que nem por isso deixa de ser estruturado como uma linguagem” (p.52). Acima de tudo, os sonhos se caracterizam como uma produção *distorcida*, e possuem uma lógica, uma relação condizente com as idiossincrasias de cada um: “tal como um ideograma, as imagens do sonho não remetem às coisas que elas supostamente representariam, mas remetem umas às outras produzindo um significado que nada tem, necessariamente, a ver com as referidas coisas.” (p.54). Ou seja, não há uma relação unívoca entre um elemento do sonho e algum objeto.

Por consequência, o sonho não seria simplesmente um texto, mas “o texto de uma mensagem cifrada, um enigma, que cabe ao destinatário decifrar.” (Garcia-Roza, 2012, p.54). Toda fala postula uma resposta (Lacan, 1953/1998), e se o sonho é uma mensagem, ele possuiu um emissor e um destinatário. O primeiro, certamente, não pode ser o eu, visto

que ele está ausente na situação onírica; já o segundo é um lugar (e não uma pessoa), o lugar onde a fala de cada um adquire seu aspecto de verdade.

Num sentido semelhante, Curado e Lazzarini (2019) argumentam “o inconsciente como construção narrativa e, portanto, ficcional” (p.36) para sustentarem que o inconsciente está em um outro lugar, além do que se escuta, percebe ou pensa. Por meio de Cândido (1989) – que aponta a impossibilidade de existir um povo, ou sujeito, sem “alguma espécie de fabulação” (id.), sem literatura, as autoras assinalam a impossibilidade de experimentar sem confabular, e não, necessariamente, por ponderações conscientes, e sim o oposto, por meio dos chistes, sonhos e outras formações inconscientes. Se a capacidade de fabulação é inerente ao viver, Curado e Lazzarini (2019) apontam a possibilidade do acesso a literatura como direito básico humano.

Curado e Lazzarini (2019), articulam a psicanálise com literatura a partir das contribuições de Lacan a respeito do desejo, mais especificamente do Seminário 6, ponderando sobre os primeiros momentos da vida humana e a constituição psíquica.

Diante disso, Curado e Lazzarini (2019) aludem ao primeiro momento do grafo, que corresponderia com um tempo primaveril na vida da criança, um tempo estabelecido em imagem: “No primeiro andar está o estádio do espelho, momento em que a linguagem é imposta ao *infans*, desta imposição resultará uma identificação primária, marca que cada um carrega” (p.36).

O estádio do espelho caracteriza a relação do sujeito com a sua imagem. De maneira mais específica, assinala Fink (1998), em um primeiro momento de seu ensino, Lacan assinalou a característica de formulação de um contorno pela obtenção de uma imagem de si, a qual outras imagens também virão ao encontro. Uma forma, então, onde as pulsões poderiam ser delimitadas em zonas específicas, movimento oriundo da relação com o cuidado e, por consequência, da troca. Em um segundo momento, Lacan colocou em protagonismo a importância da validação do Outro (“esse é você”), movimento que oportuniza uma proto-identificação, marca que sela a demanda de amor do sujeito. Onde habita o início de se reconhecer. Tal momento é fundamental, pois condensa a complexidade de proferir o termo *eu*, essa palavra tão peculiar, que não delimita nenhum objeto específico na realidade, mas que, ao mesmo tempo, inexistente fora dela⁴.

⁴ “O homem contemporâneo cultiva uma certa ideia de si próprio que se situa num nível meio ingênuo, meio elaborado [...] o sujeito está descentrado com relação ao indivíduo. É o que [*Eu*] é *um outro* quer dizer.” (Lacan, 1954-1955/1995, pp.10-16, grifos do autor). Eu: meu corpo? Minha história? Minha fala? Minha mente? Meu nome? Meu?

Ao segundo andar do grafo temos os acréscimos das questões condizentes a linguagem de forma radical, a palavra entra como mediadora para/do *infans*⁵. Isto é, há um movimento de submersão e captura, por parte da criança, do universo da linguagem, a partir da qual se formula “um processo de enunciação em que o deslocamento metonímico se inicia, produzindo, onde havia um significante, o significado do Outro” (Curado & Lazzarini, 2019, p.37). Temos o surgimento do ser falante. É nesse momento, que Curado e Lazzarini (2019) focalizam seu argumento, pois ressaltam a resposta da criança perante ao sentido atribuído pelo Outro; no momento para além da demanda, que o questionamento sobre o querer da alteridade radical adquire centralidade em tom de pergunta. Enfim, as autoras colocam esse momento como “a produção [...] como a primeira criação que realizamos na vida” (Curado & Lazzarini, 2019, p.37).

No que nos concerne para essa escrita, destacamos que é nesse segundo momento que temos a transição, ou melhor, a complicação, da necessidade (e sua satisfação), em desejo. Condição, é claro, perpassada pela pulsão. Mediante as características da tríade imaginária, isto é, ao caráter não anônimo do desejo de cuidado – uma vez que ele não se dá unicamente por “satisfações de necessidades” (Lacan, 1969/2003, p. 369), pois traz a marca de um “interesse particularizado” (id.) – a criança é introduzida nesse “campo pulsional” (Bernardino, 2006). Entretanto, no entrevero, quando a fala advém a falta se transmite, ou seja, a dúvida se instaura e as perguntas começam (“*Che vuoi?*”). Em suma, é o momento da separação, o confronto do sujeito com o desejo (Fink, 2018).

No início do seminário 6, comentado por Curado e Lazzarini (2019) no referido artigo, Lacan começa a expor o grafo, e nos diz que coloquemos de lado (inicialmente) as considerações dos poetas sobre o desejo. Façamos diferente, e ponderemos seus lamentos: “De longe te hei de amar/ -da tranquila distância/ em que o amor é saudade/ e o desejo, constância [...]”. (Meireles, 2016). “Só o desejo inquieto, que não passa, / Faz o encanto da coisa desejada.../ E terminamos desdenhando a caça/ Pela doida aventura da caçada”. (Quintana, 2005).

O desejo é a constância que encanta a coisa desejada, não se firma na obtenção, em um momento, mas no ato: conjuga-se no infinitivo. O vetor que circula um buraco (Rinaldi, 2017), o desejo quando se concebe realizado, esvanece-se pelas mãos. Fundamenta-se, sobretudo, na perda de algo que o sujeito nunca possuiu, uma perda mitológica, e propulsiona o movimento do sujeito em relação aos objetos e, mais especificamente, agindo como causa: o que Lacan definiu como objeto a.

⁵ “Um elemento essencial da realização do outro é que a palavra possa nos unir a ele” (1953-1954/2009, p.69).

Como lembra Kehl (1995) – ao dissertar sobre a diferença entre uma satisfação instintual, o desejo de fome (diferente do desejo de saciedade), e o contento pelo seu fim – o desejo não é a simples antecipação de um apaziguamento, como se o prazer despontasse do solene momento de espera pela satisfação, de tal forma, que a alegria do desejar seria “a antecipação de uma decepção”.

Não; a alegria da fome, essa mesma que nos faz dizer ‘o melhor da festa é esperar por ela’, não é a antecipação da hora em que não teremos mais fome, hora de grau zero da alegria, mas a própria alegria de desejar, de *ter* desejos e *enunciá-los*, ou, como se diz, de *viver por* eles (Kehl, 1995, p.366, grifos meus).

Concebe-se, então, a característica essencial do desejo como motor e movimento (ao mesmo tempo) na concepção de sujeito para a psicanálise. Considerado isso, voltemos a uma das perguntas que orientam essa escrita, a narrativa e seu lugar na experiência analítica.

4. NARRATIVA EM SESSÃO

Freud (1913/2017), ao comparar os movimentos de uma análise às aberturas do xadrez, já nos dava pistas sobre o tom que adotaria ao falar de técnica: colocaria recomendações, mais no sentido do que não fazer ao invés de dizer a medidas restritas a serem adotadas.

Nessa linha, tomar a fala do paciente como um enredo complicado a ser acompanhado, é uma desaconselhável notória recomendação de Freud (1912a/2017). Tal posição é infértil se considerarmos os caminhos sinuosos de uma escuta, podendo favorecer a eleição de determinados tópicos específicos, constranger a fala e mudar a relação analisando/analista. Por consequência, os efeitos podem ser muitos outros, exceto seu propósito; aquém de uma análise da transferência. “Ouvir sem entender”, nas palavras de Fink (2017, p.30), é escutar de forma inabitual, isto é, preocupar-se menos em apreender a história e seus pormenores e mais com “o modo como é contada” (p.30).

Ademais, ponderando as considerações de Freud (1899) sobre a memória, sobretudo as lembranças encobridoras, há que se levar em conta a seletividade das recordações em relação a sua relevância psíquica. A questão da fidedignidade da memória é um labirinto sem saída, pois é possível recordar *só depois*, quer dizer, para lembrar precisamos nos tomar retrospectivamente como objetos, de modo que é impossível voltar à pele que habitávamos naquele instante. Temos de estar fora. A importância está mais no momento do relato em transferência (“*eu já não lhe disse isso?*”), que indica marcas da resistência, como indica Freud (1914/2017, p.184).

Além disso, o maior entrave de focar excessivamente no conteúdo do que é narrado (preocupação com o enredo) são as próprias limitações de quem escuta, a restrita capacidade de registro e armazenamento humana (que, em verdade, consiste em parte de seu trunfo). Como resultado, no que diz respeito ao acompanhamento minucioso do sentido do que é dito, é possível livrar-se da preocupação de totalidade da escuta, pois, ainda que tal possibilidade estivesse ao alcance, não seria almejada. Disso concebe-se a atenção equiflutuante como um contraponto espontâneo do que é requisitado à analisanda, na medida em que sua fala deve ser isenta de juízo e a analista deve “lembrar tudo em igual medida” (Freud, 1912a/2017, p.95).

Falar livremente, sobretudo, sem inibição é o resultado de uma cisma em si. Ao perceber a insuscetibilidade de algumas pessoas à hipnose (Freud, 1904[1905]/2017), e principalmente, de que os sintomas não estavam ligados há um único evento, afeto, ou objeto, parecia imprudente a Freud, para dizer o mínimo, seguir por tal caminho. Ao tomar,

então, as palavras de Emily Von N., Freud prosseguiu a adotar a *talking cure*; requisitando a fala livre, propunha-se sondar um local já (in)explorado culturalmente, vale lembrar, pois havia uma razão por traz da cura, ou ao menos a amenização do sofrimento, da apresentação das histéricas no palco, quando os hospitais e clínicos outros se mostravam ineficientes. Isto é, já se atestava “o descontento da outra via”, a psíquica. (Freud, 1904[1905]/2017).

Ao comentar sobre a resistência, Freud (1912b/2017) a enlaça com a transferência. Com a alegoria dos soldados que lutam com mais empenho em uma batalha, Freud ressalta que a importância do local reside, provavelmente, mais em seu caráter tático, do que em si próprio. Quer dizer, sua relevância é tática, ao contrário de ser imanente, tal qual um “solo sagrado”, por exemplo. “De onde, porém, não podemos deduzir de forma generalizante uma importância patogênica específica do elemento escolhido para a resistência transferencial” (Freud, 1912b/2017, p.113). De qualquer forma, tal momento é passível de investigação, um sinal de que há algo a mais a ser dito.

Ainda sobre a mesma questão, o terapeuta tem de colocar as metas relacionais “no contexto do tratamento e no da sua história de vida, subordiná-las à observação pensante e reconhecê-las em seu valor psíquico” (1912b/2017, p.118). Essa é quase uma exclusividade do campo transferencial, e segundo Freud, único meio de possibilitar a melhora do paciente. Lacan assinala: “Diversas formulações de Freud parecem mostrar que a resistência emana daquilo que está para se revelar” (1956-1957/2009, p.56).

O momento de comunicação da interpretação é no instante que a resistência se manifesta, segundo uma perspectiva freudiana. Decerto, Freud (1910/2017) faz ressalvas para a sensibilidade do terapeuta, avisando a pré-condição de que a transferência tenha se estabelecido, que o paciente esteja engajado. Em vista disso, a narrativa, pensada como uma elaboração da vivência, corre o risco de servir à resistência ao formular, pelo intelecto, um sentido. Uma questão difícil, pois como negar que uma explicação para o meu estado encerra a terapia? Afinal, tem-se a explicação, logo a solução não tarda. Infelizmente, há muitos fenômenos que possuem uma “explicação”, não obstante carecem de resolução. Sabe-se, por exemplo, que o encurtamento dos telômeros causa o envelhecimento, ou seja, uma explicação científica e matemática para a finitude da existência (como havia previsto Kant, segundo Zizek⁶), ainda passível de modificação.

Percebe-se, de um ponto de vista, que enunciar livremente o *lhe vem*, ocorre (*Einfälle*), pode ser tomado como uma narrativa, caso consideremos o caráter de composição de sentido e organização da experiência. A questão é a vantagem da incapacidade humana

⁶ *Em defesa das causas Perdidas* (2011) Boitempo Editorial

de tudo armazenar, destacada por Freud, que possibilita flutuar pela escuta. Nota-se, também, que a construção de uma narrativa coesa não concerne aos objetivos da análise, muito menos deve ser requisitada, ou esperada, pelo analista. A enunciação que o terapeuta procura por em destaque é de outra morada, e ainda que muitas vezes o analisando inicie sua fala com uma narrativa despreziosa (“*ontem eu estava andando em uma calçada e reparei no basalto...*”), o analista escuta planando, para intervir peremptoriamente.

Por consequência, uma fala encadeada semanticamente como a explicação da enfermidade pode ser uma aliança do consciente à resistência inconsciente. Necessitamos, então, falar sobre os compromissos inconscientes, e a direção do tratamento, que estão imbricados com a segunda pergunta que buscamos responder, a diferença entre escutas.

5. CONTAR A QUEM?

Zizêk (1992), por meio de Lacan, relembra a inexistência (propriamente dita) do recalque antes do retorno do recalçado. O conteúdo recalçado não precede seu retorno nos sintomas, pois é justamente seu caráter de compromisso, que se enuncia no sintoma, que caracteriza a sua formação. O autor aponta a necessidade de sustentação do intersubjetivo por meio da enunciação. O enlace entre a enunciação, a circunstância intersubjetiva e a economia libidinal, é trazido por Lacan em diversos momentos, segundo Zizek (1992). Referencia-se, geralmente, os casos clínicos comentados por Freud, por exemplo, quando temos Dora questionada por Freud a respeito de seu papel objeto, como cita Zizek (1992), ou a lógica mirabolante da dívida do Homem dos Ratos, ou a fobia “irracional” de Hans. Enfim, os exemplos são inúmeros.

Sumaria-se, no aforismo lacaniano “uma carta sempre chega ao seu destino”, ao qual pode-se pensar inúmeros outros exemplos⁷, a incapacidade de pagar a dívida simbólica que arquiteta tais questões.

Dessa forma, temos a pergunta: narrar para quem? O que diferencia o endereçamento para uma pessoa randômica ou para um analista?

Fink (2018), ao comentar sobre a característica de compromisso do sintoma, relembra uma piada sobre psicólogos⁸ para ilustrar a discussão sobre a necessidade de o paciente “querer mudar”, para que uma psicoterapia tenha êxito. Ninguém pode mudar se não o quer, um jargão apropriado e confortável, pois abre a oportunidade para justificar desistências, ou sustentar uma distância a favor de resistências do analista: “já vai tarde!” como nos diz Fink (2018, p.14).

A questão é, como aponta o autor: “Se há na terapia um desejo que funciona como força motora, este é o desejo do analista, não o do paciente” (Fink, 2018, p.14). Como conceber que o fator fundamental de uma análise possa ser o desejo do paciente, se esse geralmente procura atendimento por uma diminuição do desejo? Seria o trabalho lhe fortalecer o desejo? Como? Se a diminuição do desejo está relacionada com os compromissos do sintoma, e como lembra o autor, provavelmente a única maneira desse sujeito acessar o prazer em sua vida, é evidente que o paciente nunca quer mudar, logo

⁷ Fornecidos por Zizek (1992): O recalçado sempre retorna, o enquadre é parte do conteúdo, o sujeito recebe sua própria mensagem de forma invertida (Lacan); todas considerações sobre a inexistência da metalinguagem, segundo o autor. Em nossas palavras, não há uma ligação direta entre uma pessoa e outra, nós e você, cara leitora.

⁸ “Quantos psicólogos são necessários para trocar uma lâmpada? Somente um, mas a lâmpada tem de realmente querer” (Fink, 2018, p.13).

incumbi-lo como responsável supremo do sucesso de uma análise parece discrepante se abdicarmos de um trabalho ortopédico.

Na verdade, como argumenta Fink (2018), “o desejo do paciente de prosseguir deve diminuir ou desaparecer totalmente, em certas ocasiões – caso contrário, os conflitos essenciais ligados aos seus sintomas não estariam sendo afetados” (p.14). Ou seja, delegar ao desejo do paciente o seguimento da análise é, no mínimo, improdutivo não só no ponto de vista de fomentar a uma resistência, em um aspecto sintomático, mas também vai de encontro a um acontecimento corriqueiro: geralmente, em dado momento, os pacientes ficam procurando justificativas para ir embora, principalmente quando a análise passa por um momento crucial.

Dessa forma, Fink (2018) argumenta que, ao se tratar de neurose, o terapeuta sempre deve expressar o desejo de que seus pacientes continuem, ainda que acredite ter findado o seu trabalho; “tai pacientes terminarão o tratamento quando seu próprio desejo de seguir adiante houver se tornado suficientemente forte e decidido” (p. 14).

Assim, temos que o analista desempenha um papel deveras peculiar, pois não é autêntico. Contudo, essa postura não é consequência de uma tentativa de neutralidade, ou manter limites entre uma suposta esfera profissional e outra pessoal. Por um lado, é claro que é mister manter uma distância profissional, sobretudo evita potenciais perigos, de transferência, práticos e legais. Entretanto seu papel deriva de outra constatação, o profissionalismo é produto. A questão: qual contribuição, se alguma, agregaria, para a análise da transferência, o analista comunicar ao analisando suas impressões a respeito dele?

É claro, tratando-se de neurose, o pivô do sujeito é saber o que outro quer dele (Fink, 2018). Portanto, ao dizer ao paciente que efeito ele lhe causou, seja aversivo ou simpático, o analista está abrindo para que o paciente lhe corresponda, seja frustrando ou realizando. Estaria entrando em outro campo, aquém do almejado, pois essa correspondência surtiria efeitos no paciente, seja censurando a fala para agradar, seja abandonando a análise, em situações extremas. É imprescindível a indagação do paciente, supondo o que o analista quer dele, afinal. Em outras palavras, o papel é uma função, uma postura desejante que mantenha o: “[...] desejo de que o paciente fale, sonhe, fantasie, faça associações e interprete-independente de qualquer antipatia que possa nutrir por ele.” (id., p.15).

Assim, não por uma postura sórdida e pomposa, a qual Freud (1937/2017) alude com o “Cara eu ganho, Coroa você perde”, que se fundamenta o papel distante, de objeto; é o sustento do tratamento, o que o mantém vivo.

O desejo do analista, segundo Fink (2018), é “uma espécie de desejo [...] que não pousa nenhum objeto em particular, que não mostra ao analisando (a pessoa engajada em se

analisar) o que o analista quer dele” (p.16), ainda que seja improvável que o paciente nada suponha do terapeuta. Diferencia-se, portanto, de um desejo de melhora do paciente, de alguma realização dele, de alguma conquista, apropriação, ou desapego, superação e libertação de um malogro.

Certamente, tais considerações são relevantes, mas dizem respeito as questões do analista consigo perante o paciente, isto é, ainda que tenham certo valor: “[...] para avaliar se um paciente está tentando situar o analista na sua própria economia libidinal” (id.), não devem ser comunicados aos pacientes, e serão mais ricos se abordadas em sua própria análise. Dessa forma, o desejo do analista “ênfatiza cada manifestação do inconsciente [...] e com isso indicando o tipo de trabalho que esse espera dele na terapia” (p.17), ainda que vá contra o interesse pessoal e compreensão, até o momento, do analista.

Bataille (1988) diferencia o desejo do analista em o desejo de ser analista. Segundo a autora, a todo momento que um analista atribui a intencionalidade de um analisando para si ele se desvanece, encontrar-se-ia fora de sua posição. Porém, paradoxalmente, a autora aponta a impossibilidade de sustentar esse desejo sem, anteriormente, um desejo de ser analista.

Assim, pelos elementares compromissos inconscientes, percebe-se a diferença entre contar a alguém e narrar ao analista, pelo lado do paciente. Ao não demonstrar onde está seu interesse, o analista manifesta o desejo de que a análise continue, o mantém aceso na experiência analítica.

6. NARRAR AO OUTRO PELO OUTRO

Narrar é tornar conhecido, pois vêm de *gnarus* (fazer conhecido, contar) e, com as discussões feitas a respeito da narrativa e psicanálise, podemos chegar a algumas considerações em vista de nossas perguntas iniciais.

A comunicação não comporta um único sentido possível. Lacan (1956/1998) ilustra: “um diálogo entre um surdo e alguém que ouve” (p. 20), ou seja, alguém que fala, mas desconhece o que diz e, ao mesmo tempo, é barrado a réplica do ouvinte. O campo intersubjetivo não é o da exatidão, e sim o da verdade, quer dizer, o lugar onde o discurso do sujeito adquire consistência, e a partir de onde ele o exerce⁹. A verdade como ficção estrutura o dizer do sujeito inconsciente.

Assinalamos, então, pelo menos dois tipos de narrativa (concebida pelos referenciais comentados) decantadas, a partir do desejo do analista, na experiência analítica. Por um lado, a narrativa é constitutiva das relações imaginárias, formadora do eu, e funciona como compositora de sentido. Por outro, o caráter de história ainda não contada, que quebra a enunciação, ou que irrompe como uma lembrança, nos diz do sujeito da psicanálise, herdeiro do desejo que cifra o inconsciente, constrói a cadeia significante e enquadra a cena. Em outras palavras, a primeira estaria ao encontro do consciente, arquiteta sentido (significado); a outra ao inconsciente, diametralmente oposta à significação, uma narrativa que se constrói e desfaz ao longo de uma análise.

O inconsciente cifra, logo manifesta-se distorcido. O trabalho da análise é decifrar uma verdade a partir dos significantes que assujeitam o paciente. Como nos diz Fink (2018) a interpretação não busca revelar o sentido, mas “reduzir os significantes ao não-sentido (falta de sentido) a fim de encontrar os determinantes da totalidade do comportamento do sujeito” (p.41). Diz do enigma, da equivocidade, demonstra a abertura para leituras.

Decerto, a primeira tende a confabular-se com a resistência, pois não é o objetivo de uma análise, como a entendemos, construir sentido¹⁰; o sentido é retroativo, dado somente depois, o adquirimos pela regressão dos significantes. A narrativa possui, portanto, uma íntima relação com a identidade. A respeito disso, talvez, esse seja um temor consagrado dos analistas: os pacientes que os procuram para “se entenderem”, pensando instrumentalizar a análise como um trajeto a encontrar seu verdadeiro *self*. Lamentável caminho, na eterna busca por si mesmo encontra-se somente um “recipiente vazio” (Zizek, 2011, p.32), o olhar

⁹ “É o campo da verdade que defini como sendo o lugar em que o discurso do sujeito ganharia consistência, e onde ele se coloca para se oferecer a ser ou não refutado” (Lacan, 1968-1969/2008, p.24).

¹⁰ Há notáveis exceções, sobretudo, quando consideradas situações traumáticas (patológicas). Ver: Maldonado & Cardoso (2009): *O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias*.

que nos olha de nosso ponto cego (Zizek, 1992). Sim, questões a respeito da transitoriedade são um dos motes da análise, contudo a construção de demanda por significado não nos parece uma demanda clínica sólida (ou, até mesmo, pode vir a ser prejudicial, até certo ponto).

No entanto, não devemos menosprezar o cunho clínico da narrativa no quesito imaginário. O eu, essa “frágil” instância do psiquismo, não deve ser visto como inimigo do processo terapêutico, ainda que seja o local da resistência. Pelo contrário, de certa forma, a relação imaginária é o único objeto que está ao alcance do analista¹¹, não o reforçá-lo é diferente de ignorá-lo. Ademais, vale lembrar sobre a construção em análise, que pode ser uma chave para o seu andamento (Fink, 2018), ainda que consista em uma intervenção fomentada por supervisão, que requer um domínio experiente e considerável da prática e, ainda assim, não deve ser colocada como totalizadora (definitiva, completa) de sentido ao analisando, mas sempre aberta a novas interrogações. Uma dosagem um pouco menor do que Leclaire (1986, p.12) nomeia “das mais clássicas”, procedural lacaniana, lacônica e ambígua.

Assim temos que a segunda, inegavelmente, é a ser considerada pelo analista.

No que tange à diferença do interlocutor da narrativa, apontamos o desejo do analista como central para diferenciar posições de escuta. Por todos os meandros de uma análise, há um suporte que propicia seu contínuo: a posição desejante do analista. Concebe-se, portanto, como resistência o momento que o analista não faz do inconsciente o protagonista da experiência analítica¹², pois, considerando o funcionamento e compromissos inconscientes, é natural (e até almejado) que a resistência, por parte do analisando, manifeste-se. Isso indica que algo está por se desvelar, a “outra face da palavra” (Lacan 1953-1954/2009, p.69) que se revela de maneira distorcida, tal qual nos sonhos.

É pertinente notar, retomando a literatura, que Todorov (2006b) faz alusão a Freud na generalização grosseira sobre uma divisão dos temas literários em duas categorias: uma que concerne ao sujeito no mundo, a qual ele relaciona o esquema percepção-consciência de Freud, e as relações entre humanos, ao qual associa os fenômenos inconscientes.

Percebemos, então, a gênese dialética dos temas que compõem a narrativa em diferentes autores, pois remontam as contradições apontadas por Hegel (indivíduo/sociedade-mundo, cidadão/estado, particular/universal). Há uma subversão de

¹¹ “[...] o único objeto que está ao alcance do analista é a relação imaginária que liga ao sujeito como *eu*, e, na impossibilidade de eliminá-la, é-lhe possível servir-se dela para regular o afluxo de seus ouvidos [...] para fazer a detecção do que deve ser ouvido. (Lacan, 1953/1998, p.255)

¹² “A resistência se produz no momento em que a palavra de revelação não se diz” (Lacan, 1953-1954/2009, p69.)

princípios aristotélicos, ao conceber que na contradição está a Verdade, e na identidade o falso.

Disso resulta, como argumentam alguns, uma característica essencial das concepções psicanalíticas: a negação falhada. Segundo Dolar (2018), demonstra-se, dessa forma, a centralidade da negação em psicanálise, e, principalmente, o fracasso de sua intenção, pois o seu produto retorna de maneira inegável. Assim o são: consciente/inconsciente, a própria relação entre sintoma e enunciação, o recalcado e seu retorno, como tantos outros exemplos.

Em um outro ponto, tomando o conceito de narrativa de maneira banal, podemos perceber o esforço da obra freudiana como uma análise de narrativas (Dunker, 2005). Sendo a trivialidade o pano de fundo da análise, e tendo em vista que é um discurso em primeira pessoa (Dunker traz Politzer), faz-se lógico conceber tanto o material da análise, como todo o seu percurso, tal qual uma grande narrativa formada por outras menores.

É claro que se tomamos narrativa no sentido mais genérico e ampliado toda a obra de Freud se dedicou à análise de narrativas: do Édipo aos sonhos, dos casos clínicos ao exame de manifestações literárias, da análise dos sintomas à psicopatologia da vida cotidiana; mesmo o chamado material clínico refere-se sempre a narrativas. O drama da vida das pessoas tal qual é contado pelas próprias pessoas, é disso que a psicanálise trata. Como observou Politzer, trata-se do discurso em primeira pessoa (Dunker, 2005, p.5).

Por outro lado, considerando a narrativa como um conceito mais restrito, percebe-se impossibilidades de tal paralelo. Dunker (2005) seleciona duas análises freudianas sob o olhar da análise narrativa. Às teorias sexuais infantis ele relaciona a posição de agente a de autor, por meio das posições de apropriação do discurso de Greimas, e aponta a confluência do surgimento das teorias sexuais infantis e a criação, por parte da criança, de suas próprias narrativas. Principalmente, esse movimento é caracterizado, segundo autor, por meio da paráfrase e polissemia. Assim, Dunker (2005) assinala uma proximidade entre o conceito de Outro ao de narratário, tendo em mente a formulação de Lacan que o Outro devolve a mensagem invertida ao sujeito, ao passo que o narratário é o lugar de endereçamento, no próprio texto, que possibilita a narrativa¹³.

É nessa segunda constatação, que se aproxima as considerações dessa escrita: a fala, a língua e suas reverberações. Ser falado antes de falar, eis a máxima herdeira do

¹³ “O leitor é um ser humano que existiu, existe ou existirá, em carne e osso, no nosso universo. Sua existência situa-se no “não-texto”. Por sua vez, o narratário – aparente ou não – só existe no texto e mediante o texto, por meio de suas palavras ou daquelas que o designam. Ele é quem, no texto, escuta ou lê a história. O narratário é fundamentalmente constituído pelo conjunto dos signos linguísticos (o “tu” e o “você”, por exemplo) que dão uma forma mais ou menos aparente a quem “recebe” a história. (Reuter, 2002, p.20).

estruturalismo que orienta o sentido da enunciação. Enfim, nos comunicamos com quem nos fala, e por isso desejamos, rica e pobre sina humana. Entre um e outro há a descontinuidade de um abismo (Bataille,1987) transposto pelas imagens confortantes de união e os ideais demarcados. Resta ao humano narrar: “o desejo do sujeito é o signo do outro narrado, de ser narrado e de interpretar, de fazer a sua hermenêutica”. (Rocha & Chatelard, 2015, p.392).

7. REFERÊNCIAS

- Barthes, R. (2012). *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Editora Cultrix
- Bataille, L. (1988). *Desejo do analista e Desejo de Ser Analista*. In: O Umbigo do Sonho. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bataille, G. (1987). *O erotismo*. Porto Alegre: L&PM
- Benjamin, W. (1975). *A modernidade e os modernos* (Vol. 41). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Benjamin, W. (1987). *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Walter Benjamin: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. 3 ed. São Paulo: Brasiliense.
- Bernardino, L.M.F. (2006) (Org.). *O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição*. 1 ed. Escuta: São Paulo.
- Brockmeier, J. & Harré, R. (2003). Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 16(3), pp. 525-535.
- Candido, A. Direitos humanos e literatura. In: Fester, A. C. R. (Org.). *Direitos humanos e literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Curado, B.T.F.; Lazzarini, E.R. (2019). *Narrativa em análise: da escrita ao conto*. Cadernos de Psicanálise; 41(40): 35-47, jan.-jun. 2019.
- De Conti, L. (2004) *O processo de composição narrativa no encontro terapêutico: (des)construindo autorias*. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Dolar, M. (2018). *Oedipus Revisited*. Aula pública proferida na The European Graduate School: Division of Philosophy, Art & Critical Thought, no dia 20 de Junho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d2l8hZkskKI&t=1265s>
- Delory-Momberger, C. (2005). *Histoire de vie et recherche biographique en éducation*. Paris: Economica Anthropos.
- Dunker, C. I. L. Discurso e Narrativa na Construção do Saber Sexual. *Educação, Subjetividade & Poder*.v.1, pp.137-160, 2005.
- Ferraroti, F. (2014). *História e histórias de vida. O método biográfico nas Ciências Sociais*. Natal: EDUFRN.
- Fink, B. (1998). *O sujeito laciano; entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fink, B. (2017). *Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem laciana para praticantes*. São Paulo: Blucher.
- Fink, B. (2018). *Introdução Clínica à Psicanálise Laciana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Freud. S. (1893-1899). *Lembranças Encobridoras*. Vol III Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996

- Freud, S. (1900). A interpretação dos sonhos. Vol IV Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1900-19001). A interpretação dos sonhos (II) e sobre os sonhos. Vol V Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1904[1905]). *O método psicanalítico freudiano*. In: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Obras psicológicas incompletas de Sigmund Freud).
- Freud, S. (1910). *Sobre psicanálise “selvagem”*. In: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Obras psicológicas incompletas de Sigmund Freud).
- Freud, S. (1912a). *Recomendações ao Médico para o Tratamento Psicanalítico*. In: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Obras psicológicas incompletas de Sigmund Freud).
- Freud, S. (1912b). *Sobre a dinâmica da transferência*. In: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Obras psicológicas incompletas de Sigmund Freud).
- Freud, S. (1913). *Sobre o início do tratamento*. In: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Obras psicológicas incompletas de Sigmund Freud).
- Freud, S. (1914). *O Moisés de Michelangelo*. In: Obras completas vol. XI. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Freud, S. (1914). *Sobre o fausse reconnaissance (“d’jà raconté”) durante o trabalho analítico*. In: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Obras psicológicas incompletas de Sigmund Freud).
- Freud, S. (1937). *Construções na análise*. In: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Obras psicológicas incompletas de Sigmund Freud).
- Fonte, C. A. (2006). A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. *Psicol. teor. prat.*, dez. vol.8, no.2, pp.123-131.
- Garcia-Roza, L.A (2012). *Introdução a Metapsicologia Freudiana volume 2: A interpretação do sonho*. 8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gonçalves, O. (1998). *Psicoterapia cognitiva narrativa: manual de terapia breve*. Campinas: Editorial Psy.
- Jorge, M.A.C. (2010). Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan – vol 2: *A clínica da fantasia* (Transmissão da Psicanálise). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kehl, M.R. (1995). O desejo da realidade. In A. Novaes (Org.), *O desejo* (pp.363-383). São Paulo: Companhia das Letras
- Lacan, J. (1953) *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- Lacan, J. (1956). O seminário sobre “A carta roubada”. In *Escritos* (pp. 13-66). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1953-1954). *O seminário livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009
- Lacan, J. (1954-1955) *O seminário livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1995
- Lacan, J. (1968-1969). *O seminário livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008
- Lacan, J (1969). *Nota sobre a criança*. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003
- Leclaire, S. (1986). O ouvido que convém ouvir. In: *Psicanalisar*. São Paulo: Perspectiva.
- Lima, J.C.C. (2013). *O processo de mudança das narrativas de si no encontro terapêutico entre adolescente em situação de rua e psicólogo*. Tese de doutorado, Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- Maldonado, G. & Cardoso, M. R. O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 1, pp. 45-57, 2009.
- Meireles, C. (2016). *Canções*. São Paulo: Global Editora.
- Passegi, M. C. y Souza, E. C. (2017). *O Movimento (Auto)Biográfico no Brasil: Esboço de suas Configurações no Campo Educacional*. *Investigación Cualitativa*, 2(1) pp. 6-26. DOI: <http://dx.doi.org/10.23935/2016/01032>
- Quintana, M. (2005). Da eterna procura. In: *Espelho Mágico*. Porto Alegre: Editora Globo
- Reuter, Y. (2002). *A análise da narrativa*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Rinaldi, D. (2017). *O desejo do analista na instituição pública de saúde mental*. *Correio APPOA*, 268, ago/2017.
- Rocha, F.B & Chatelard, D.S. (2015). Ricoeur e a psicanálise: identidade e narrativa do ego. *Expedições: Teoria e Historiografia*. V.6, N.2, ago/dez. 2015.
- Scotti, S. (2003). Culpa e Gozo, Psicanálise e Literatura. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), pp. 217-222.
- Tanis, B. (2014). A Escrita, o Relato Clínico e suas Implicações Éticas na Cultura Informatizada. *Psicanálise v.16 n°1*, pp. 29-43.
- Todorov, T. (2006c). A demanda da narrativa. In: *As Estruturas Narrativas*. Perspectiva: São Paulo.
- Todorov, T. (2006b). Prefácio. In: *As Estruturas Narrativas*. Perspectiva: São Paulo.
- Todorov, T. (2006a). Tipologia do romance policial. In: *As Estruturas Narrativas*. Perspectiva: São Paulo.
- Villari, R. A. (2000). *Relações possíveis e impossíveis entre a psicanálise e a literatura*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20(2), 2-7

Zizek, S. (2011). *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Žižek, S. (1992). *Enjoy your Symptom! Jacques Lacan In Hollywood and out*. London: Routledge, Chapman and Hall, Inc.